

NEGÓCIOS

Autoatendimento impulsiona franquias

» FERNANDA STRICKLAND*

Iha de Comandatuba — O modelo de franquias voltadas ao autoatendimento segue em forte expansão no Brasil e consolida-se como uma das principais tendências do *franchising* nacional. Dados divulgados pela Associação Brasileira de *Franchising* (ABF) mostram que o número de operações deste segmento chegou a 7.883 unidades no primeiro semestre de 2025, um crescimento de 39% em relação ao mesmo período de 2024, quando havia 5.653 operações.

O levantamento também indica que o número de redes franqueadoras com modelos autônomos subiu de 37 para 40 marcas, avanço de 8% no período. O desempenho reforça o interesse de empreendedores e consumidores por negócios que aliam conveniência, tecnologia e eficiência operacional. De minimercados inteligentes a lojas autônomas e pontos de venda automatizados, o formato está se tornando um símbolo da transformação do consumo. Para Emanuel Ferreira, especialista em franquias e marketing digital, essa tendência veio para ficar.

“O autoatendimento vem se consolidando como uma forte tendência nas franquias. As marcas buscam oferecer conveniência, agilidade e autonomia ao cliente, seja por totens, aplicativos ou QR Codes”, disse o especialista.

Ferreira avalia que, em breve, o uso de Inteligência Artificial (IA) e sistemas de pagamento digital devem tornar o processo ainda mais personalizado. “Totens e aplicativos vão reconhecer preferências

Ed Alves CB/DA Press



Presidente da ABF, Tom Leite destaca a expansão de lojas, mercados e lavanderias autônomos no Brasil

do cliente e ajustar promoções em tempo real. As franquias de sucesso foram aquelas que transformaram isso em uma experiência fluida e humana”, disse.

Para o diretor regional da ABF Centro-Oeste, Eduardo Santinoni, o avanço das franquias autônomas reflete uma mudança estrutural no comportamento do consumidor brasileiro — e não apenas uma moda passageira.

“Hoje, você vai a uma operação de alimentação e já não vê o caixa, mas um totem. Há 10 anos, seria impensável um mercadinho sem atendente em um condomínio,

mas hoje isso é realidade. O consumidor quer autonomia”, afirmou o diretor.

Gigantes

Nesse cenário, os setores de alimentação e comércio são os mais movimentados, e a tendência, segundo especialistas, é de crescimento sustentável. “É um modelo de negócio ligado diretamente à conveniência e que vem se destacando no cenário econômico atual. Além disso, lavanderias e lojas autônomas também mostram forte expansão”, disse

o presidente da ABF, Tom Leite.

Uma das marcas que mostra isso na prática é a Minha Quitandinha, fundada em 2020 em Balneário Camboriú (SC). A rede funciona 24 horas por dia, sete dias por semana, sem intermediários para a realização das compras. Em 2025, a Minha Quitandinha anunciou a fusão com a Onii, formando a nova gigante do varejo autônomo.

Já à Market4u, rede de mercados autônomos e líder do segmento na América Latina, atua no formato de franquia desde 2020 e tem mais de 2.300 mil PDXs (pontos de experiência), em 170 cidades.

Setor em interiorização

O *franchising* brasileiro segue em forte ritmo de expansão e se consolida como um dos motores da economia nacional. Segundo a Pesquisa de Desempenho do *Franchising* 2025, divulgada pela Associação Brasileira de *Franchising* (ABF), o setor registrou faturamento de R\$ 287,1 bilhões nos últimos 12 meses, um avanço de 14,4% em relação ao período anterior, o que equivale a 2,3% do PIB nacional. O mercado emprega 1,7 milhão de pessoas diretamente e mais de 6 milhões de forma indireta.

Uma das tendências mais marcantes é a interiorização das franquias. De acordo com a ABF, 69% dos municípios brasileiros já possuem pelo menos uma operação de franquia — um salto expressivo em relação aos 61% registrados em 2024. Essa expansão é impulsionada por cidades médias com infraestrutura aprimorada, crescimento populacional e mercados menos saturados.

O estudo mostra que, enquanto as capitais tiveram retração de 5% no número de operações, as não capitais cresceram 14%, e o interior de São Paulo registrou o maior avanço, de 27%. Entre os fatores que sustentam esse movimento estão os custos operacionais menores, melhoria logística, incentivos fiscais municipais e maior qualidade de vida para empreendedores e investidores.

Esses formatos permitem que marcas ampliem sua presença em mercados emergentes e cidades médias, oferecendo menor risco e rápido retorno. “As redes estão adotando estratégias específicas para o interior, adaptando o tamanho da loja, o mix de produtos e o ticket médio”, aponta a área de Inteligência de Mercado da ABF.

Entre os municípios com maior avanço no primeiro semestre, Porto Alegre (RS), Jundiá (SP) e Santos (SP) lideram o ranking, com crescimentos de 32,9%, 29,2% e 19,5%, respectivamente. Ao todo, 16 das 30 cidades que mais cresceram são capitais, enquanto 14 são cidades médias. (FS)

*Repórter viajou a convite da ABF

Brasil S/A

por Antonio Machado



machado@cidadebiz.com.br

O país sequestrado

Do muito que já se disse sobre a sangrenta operação da polícia do Rio contra traficantes do Comando Vermelho, e mais se dirá sobre a disseminação do crime organizado por todo o país até as eleições em outubro de 2026, pouco ou nada se falou das razões profundas da crescente ocupação de territórios pela marginalidade e a inaptidão dos governantes para se sobrepor aos inimigos da ordem em geral.

O debate público, sobretudo o mediado pela retórica política e pela imprensa, tende a se concentrar na superfície dos eventos (o confronto armado, o número de mortos, a reação oficial etc.), mas raramente enfrenta as causas estruturais do problema.

O Brasil enfrenta uma crise de soberania interna. Em muitas áreas urbanas, a autoridade do Estado é ficção; quem dita regras, cobra taxas de “proteção”, intermedia a distribuição de bens e serviços e implanta uma “justiça” sumária é o poder paralelo.

Não se trata de fenômeno recente nem restrito ao Rio. É resultado acumulado de décadas de improviso, de descontinuidade, a ausência de um projeto nacional maior. É a falência do planejamento que vem desde o fim do ciclo desenvolvimentista do século passado.

Sucessivos governos das últimas quatro décadas não acompanharam o ritmo da urbanização nem o crescimento desordenado das grandes e médias cidades. Enquanto milhões migravam para as periferias sem saneamento, escolas ou empregos formais, o Estado se encolhia ou chegava atrasado, quando chegava. O espaço público foi tomado aos poucos por quem tinha poder — o crime, as milícias, as igrejas, as ONGs, todos tentando preencher o vazio institucional.

As respostas foram túbias, em geral com foco eleitoral e não para efetivamente atender às demandas daquela parcela cada vez maior e mais necessitada da população, com a política social substituindo a política de desenvolvimento. Em vez de gerar oportunidades, os governantes preferiram distribuir auxílios, formando uma rede de dependência que alivia a pobreza, mas não emancipa o cidadão.

Não surpreende que, a cada evento traumático, das enchentes no Rio Grande Sul ao estouro de barragens em Minas e chacinas tanto pela polícia quanto pelo crime, estas em muito maior frequência apesar da omissão do noticiário, assistimos governantes apalermados mais preocupados em achar desculpas que em resolver.

Campo fértil da informalidade

Nossa fragilidade estrutural avança também no terreno econômico e social: segundo levantamentos da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e do ETCO (Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial), a economia informal entre atividades lícitas e ilícitas — representa de 18% a 35% do Produto Interno Bruto (PIB), conforme a fonte e método de cálculo além da oneração formal, calculada pela Receita Federal em 32% do PIB.

Significa que até um terço da riqueza nacional ocorre à margem de controle fiscal e da regulação — um campo fértil para os “poderes” paralelos assumirem funções que o Estado abandonou. Considerando a estimativa mais baixa, seriam R\$ 2,3 trilhões em informalidade.

Paralelamente, o Bolsa Família e outros equivalentes atendem hoje mais de 54 milhões de pessoas, cerca de um quarto da população (e vai a 94 milhões numa conta mais generosa), com benefícios mensais de R\$ 600 a R\$ 1 mil, conforme o número de dependentes. Estudo da FGV indica que três em cada dez atendidos por tais programas têm emprego formal — contra dois terços entre os não beneficiados.

Esse quadro consolida uma dependência dupla: cidadãos sustentados por programas assistenciais, de um lado, e, de outro, uma massa de trabalhadores à margem da economia formal, muitas vezes cooptada por redes ilegais de sobrevivência.

Sem vez para painhos e gurus

O resultado é o país duplamente capturado — pelas quadrilhas que controlam territórios e pelas elites políticas que administram a escassez e o medo em vez de enfrentá-los. A repressão policial, isolada, serve de espetáculo, mas não de solução. Nenhum Estado recupera legitimidade apenas pela força. O faz com projeto e uma larga coesão social e política sem ideologias nem pais da pátria.

Para romper o círculo vicioso e retomar o desenvolvimento — como fizeram várias economias asiáticas desde os anos 1980 — é preciso uma reforma profunda e inteligente da gestão pública. Um passo honesto já seria um programa nacional de avaliação sistemática de todos os gastos e políticas, com eliminação das sobreposições, dos desperdícios, das funções redundantes, dos privilégios etc.

A digitalização integral dos processos, com a interoperabilidade entre órgãos federais e federativos e rastreabilidade de recursos, reduziria custos administrativos e a corrupção, que nunca minora na ausência de transparência, além de elevar a produtividade.

É igualmente necessário uma redução gradual da carga tributária, hoje em torno de 32% do PIB, sem comprometer o equilíbrio fiscal e condicionada aos resultados da modernização da governança pública. Para dar contexto: nossa oneração impositiva se equipara à média da OCDE, de 33,9% do PIB, e supera a da China, economia mais bem-sucedidas do século, que é da ordem de 20% do PIB.

O que está no rastro de sangue

O país tem enorme potencial para crescer de modo consistente se agregar valor à produção agrícola e mineral, ampliar sem medo de ser feliz a base industrial e expandir a geração elétrica voltada à nova economia tecnológica. Nossas condições materiais e humanas estão dadas. Falta é um Estado capaz de agir com visão estratégica e compromisso com o futuro, função de governantes qualificados.

Enquanto não trocarmos o modelo que apenas distribui o pouco que é produzido, sem medir retorno social nem econômico, baseado na lógica eleitoreira, vamos seguir presos à armadilha da dependência e da violência. Já a opção pela eficiência, pela transparência e o planejamento de longo prazo têm todas as condições de transformar nossas riquezas naturais e humanas numa potência do século 21.

Não se chegará a isso apenas com mais leis nem mais impostos — as respostas no piloto automático dos aturridos pela realidade de um país mal gerido não há anos nem há décadas, mas há pelo menos duas gerações. O país precisa de gestores públicos. De mais gente que constrói e faz acontecer. De quem não busque a popularidade fácil, temendo a incompreensão das decisões amargas embora necessárias.

Tais coisas passam pela mediação da política, o que implica que haja partidos com programas prontos para pôr em prática e não para apenas eleger bancadas federais que liberam os dinheiros de fundos e o acesso às emendas ao orçamento público. É a falta disso tudo o que está no rastro de sangue das comunidades e periferias do país.

PS, especialmente para o Rio: tentem trazer de volta os mentores dos poucos programas que deram resultados, como o das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs). É com a sociedade e gente abnegada que se resolvem os grandes problemas.

ADEMI DF

Associação de Empresas do Mercado Imobiliário do Distrito Federal



Brasília-DF, 02/11/2025

Imóvel como garantia de bem-estar social e desenvolvimento do DF

Celestino Fracon Júnior

Presidente da ADEMI DF

O mercado imobiliário do Distrito Federal é um dos principais vetores para o desenvolvimento local e fortalecimento da economia. Representado pela Associação de Empresas do Mercado Imobiliário (ADEMI DF), o segmento mantém sua atuação pautada na defesa da legalidade, no estímulo às melhores práticas empresariais e construtivas e no compromisso com o crescimento sustentável do DF.

A ADEMI DF reúne as maiores empresas em atuação no DF, que representam 80% do mercado. São incorporadoras, construtoras, imobiliárias e escritórios de projetos comprometidos com o planejamento urbano e as boas práticas do setor, para que o desenvolvimento do DF ocorra de forma responsável e comprometida com o meio ambiente.

Pesquisas recentes apontam um déficit habitacional superior

a 100 mil domicílios no Distrito Federal, que também registra a maior taxa de imóveis alugados no país (30%). A partir de novos lançamentos imobiliários, portanto, o segmento atende não só a demanda por moradia, mas garante o aquecimento da economia, já que o mercado imobiliário movimenta diversos setores e serviços, assim como influencia na criação de empregos diretos e indiretos, o que resulta em maior poder de compra para grande parcela da população.

Além de fortalecer a economia e contribuir para a realização do sonho da casa própria, o desenvolvimento de novas áreas regulares é o caminho mais eficiente para se combater a ocupação ilegal, um grande desafio para o desenvolvimento do DF. A ADEMI DF está engajada nesta campanha. O que é bom para o Distrito Federal é bom para o setor.

SCIA Quadra 11, Conjunto 2, Lote B – Guará – Brasília/DF – Fone: (61) 3328-7597

E-mail: ademidf@ademidf.com.br

Acompanhe: www.ademidf.com.br | @ademidf